



Fontes Históricas para o Governo Eclesiástico: Dom Ranulpho Farias e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (1939-1955)

Irinéia Maria Franco dos Santos¹

Introdução: o Arcebispo e o Arquivo.

Ranulpho da Silva Farias, nascido em 12 de setembro de 1887, na cidade de Nazareth, no Recôncavo Baiano, foi ordenado em 3 de abril de 1910, por dom Jerônimo Thomé da Silva. Além de professor de latim no seminário e outras atividades paroquiais, em 1914 prestou serviços na Cúria como subsecretário do arcebispado e encarregado do arquivo. No período de 1913 a 1919 foi responsável pelo “Boletim Eclesiástico”, segundo consta, “frutos de sua inteligência e fino gosto literário”. Em 1915, tornou-se cônego efetivo e catedrático da Sé Metropolitana de São Salvador da Bahia.²

Cinco anos depois foi nomeado bispo da Diocese de Guaxupé (MG) em 24 de abril de 1920. Aos 33 anos, teve sua sagração episcopal, realizada no dia 15 de agosto e posse no dia 28 do mesmo mês e ano. Tornou-se o quarto bispo e terceiro arcebispo de Maceió³ quando nomeado pelo Papa Pio XII, aos 5 de agosto de 1939. Sua posse se deu em 23 de novembro daquele ano. No ano de 1955, afastou-se para tratamentos de saúde, deixando em seu lugar Dom Adelmo Machado, como bispo coadjutor com direito à sucessão. Faleceu em 19 de outubro de 1963, em Salvador com 76 anos de idade.

A atuação de Dom Ranulpho na arquidiocese de Maceió, por 24 anos, merece estudos mais aprofundados. As décadas de 1940 e 1950, para

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, professora Adjunta dos cursos de História, Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões (LIER-UFAL). irineiafranco@gmail.com

² Clayton Bueno Mendonça e Pe. Celso Alípio Mende Silva. Edição centenária do O Semeador. Disponível: <http://www.arquidiocesedemaceio.org.br/noticias/arquidiocese/2076/arquidioces-e-recorda-os-50-anos-de-falecimento-de-dom-ranulpho>

³ A Diocese de Alagoas foi criada no dia 2 de julho de 1900, pelo Decreto Consistorial PROSTREMIS HISCE TEMPORIBUS do Papa Leão XIII, pela constituição INTER VARIAS de 13 de fevereiro de 1920, foi elevada à Arquidiocese, sob o pontificado de Bento XV.



Alagoas, marcam as tentativas de modernização econômica e política, que estão articuladas às questões nacionais, obviamente, mas que possuem características específicas dadas na conjuntura local com desafios próprios: seca, desemprego, aumento da pobreza, migração, relações estreitas de poder entre Igreja e Estado, etc. As atividades de Dom Ranulpho e sua atuação pastoral foram fortemente influenciadas pela ideologia da Ação Católica e, de certo modo, o arcebispo procurou conhecer e atuar diretamente na realidade alagoana.

A proposta desta comunicação é circunscrever elementos da atuação de Dom Ranulpho Farias que dizem respeito à organização do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió e elaborar uma resposta possível ao problema de como este arcebispo percebia a importância da organização da documentação histórica sobre a Igreja Católica de Alagoas. Por sua trajetória, resumida acima, transparece desde cedo uma “vocação” de arquivista ou cronista.

Antes de partir para os comentários sobre o tema em debate, importa mencionar que desde 2011, o curso de História da Universidade Federal de Alagoas, através das disciplinas de Estágio Supervisionado em Arquivo e do Protocolo de Intenções assinado entre as instituições, atua como parceiro da Arquidiocese de Maceió na organização, preservação e identificação do acervo.⁴ Aos poucos, os inventários estão sendo feitos para compor o catálogo final. Através do contato sistemático com o Arquivo, verificou-se duas estruturas de organização do acervo; bases para o trabalho atual de difusão e democratização de sua documentação.

A história da primeira organização, feita por Dom Ranulpho e contada por ele, está registrada no Livro de Tombo nº 2, verso da página 98, com a seguinte informação:

Ao tomar posse deste Arcebispado, o Exmo. E Revmo. Sr. D. Ranulfo da Silva Farias não encontrou aqui arquivo organizado. Os documentos existentes achavam-se dispersos na Secretaria

⁴ Em 2013 foi iniciado o projeto interdisciplinar ALAGOAS HISTÓRICA DIGITAL, dos Cursos de História e Ciências da Computação da UFAL. Este projeto visa identificar, digitalizar e disponibilizar o acervo do ACMM na Internet, através de sistema semântico de busca, democratizando o seu acesso. Para outras informações de projetos e atividades ver o site: <http://sites.google.com/site/arquivocuriametropolitana>



Eclesiástica. Foram então entregues a S. Excia. Revmo. Um Livro de Tombo, hoje do nº 1, e alguns pequenos livros “caixas”, como os de venda dos patrimônios, da construção do palácio arquiépiscopal e de outras rendas e despesas do tempo do Exmo. E Revmo. Sr. D. Santino Coutinho.

O Revmo. Mons. Odilon Coutinho, irmão do falecido. D. Santino, fez a entrega também de vários documentos e mais papéis, que havia levado a Paraíba, afim de revê-los e selecioná-los.

O aludido Livro de Tombo nº 1, ainda que contenha certos documentos de valor, sobretudo os referentes à criação do bispado de Alagoas, à nomeação e posse dos Exmos. E Revmos. Srs. DD. Antônio Brandão, Manoel Lopes e Santino Coutinho, é, contudo, muito omisso, deficiente, incompleto. Exceção feita dos livros de registros da Secretaria, não existia nenhum outro que fosse fonte dos conhecimentos precisos à administração do atual arcebispo e de seus futuros sucessores.

A parte histórica era, de todo, inexistente.

O Exmo. E Revmo. Sr. D. Ranulfo deu logo início à organização do arquivo, recolhendo os traslados de escrituras e mais elementos encontrados na Cúria Arquidiocesana. Abrindo este novo Livro de Tombo, foi, ao mesmo tempo, nele lançado as notícias que ia obtendo, as informações necessárias, os atos de seu episcopado. E transcrevendo os documentos de valor e utilidade que ia encontrando.

E, assim, o Exmo. Sr. D. Ranulfo escreveu, no correr do ano de 1940, todo este Livro de Tombo nº 2, que ora encerra. Maceió, aos 29 de dezembro de 1940. + Ranulfo, Arcebispo Metropolitano.

O uso da terceira pessoa é notável em muitos registros de Dom Ranulfo e seu estilo de crônica. Sem obedecer, entretanto, a uma sistemática ou exigências mínimas da arquivologia, o arcebispo passou a coletar, registrar e organizar o pequeno acervo, com atenção especial para a parte histórica. Um resumo da história do acervo foi feito no final dos anos 1970. Por ela sabe-se que nesta segunda fase:

Quanto à parte de documentação, o que se pode dizer é que o arquivo é muito pobre. Não houve, no passado, como foi registrado por D. Ranulfo na página em referência, o cuidado de guardar e conservar os documentos que pudessem servir de fontes para a história da Igreja no Estado. Diga-se o, mesmo dos arquivos paroquiais.

A memória de fatos e acontecimentos anteriores ao episcopado de D. Ranulfo Farias foi, em parte, por ele salva nos 15 livros de Tombo por ele escritos, embora lhe tenha sido difícil recompor aqueles devido à distância de tempo. Não tivesse sido o porfiado interesse, a natural vocação de cronista que possuía, quase nada existiria que pudesse, hoje, ter o nome do arquivo eclesiástico da Arquidiocese.

A partir de 1978, graças à iniciativa do Arcebispo D. Miguel Fenelon Câmara, começou a ser realizado um trabalho de revisão e classificação do pequeno acervo existente, ao mesmo tempo que se procura obter em fontes como o Arquivo Público ou o Instituto Histórico, dados e referências ao passado da Igreja neste Estado.⁵

⁵ Resumo histórico do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Caixa Referências Históricas.



A partir daí foram abertas sessões para a organização dos fundos do acervo. A estrutura era a seguinte:

- I. Bulas e Decretos Consistoriais referentes à criação da Diocese, elevação à Arquidiocese e designação de Bispos.
 - II. Correspondências das Sagradas Congregações.
 - III. Idem da Nunciatura Apostólica.
 - IV. Circulares, Decretos, Avisos e Correspondências dos Bispos
 - V. Processos de Ordenação – 1809-1980
 - VI. Processos (poucos e recentes) do Tribunal Eclesiástico.
-
- I. Livros de Tombo do Arcebispado (15)
 - II. Livros de Tombo de paróquias (Alguns)
 - III. Livros de despachos 1910-1976
 - IV. Livros de portarias 1901-1943
 - V. Livros de Dispensas matrimoniais 1901-1965
 - VI. Livros de registro de ordenações 1901-1933
 - VII. Livros de provisões 1902-1977
 - VIII. Caixas 1902-1973
-
- I. Coleção da ACTA APOSTOLICAE SEDIS 1866-1964
 - II. Cerca de 300 cartas pastorais de Bispos brasileiros
 - III. Esquemas de discussão do Concílio Vaticano II
 - IV. Comunicado Mensal da CNBB 1958-1981
 - V. Boletins de Imprensa do Vaticano II
 - VI. Coleção da revista REB 1941-1970

A partir dela um novo arranjo, com a listagem total do acervo foi iniciado em 2011. A aplicação de técnicas atualizadas de arquivística ajudou a organização dele. Percebe-se o aumento considerável da documentação histórica e a ampliação das tipologias existentes no acervo. A Origem do Material recolhido (LOPES, 2002) são as Paróquias, os Movimentos, as



Pastorais da Arquidiocese de Alagoas; e os órgãos gestores da administração eclesiástica. Sobre a sistemática de recolhimento há uma orientação geral passada às paróquias para que encaminhem os livros e documentos de no mínimo 50 anos atrás. Aos poucos os párocos têm encaminhado a documentação histórica. Abaixo tem-se a tabela do novo arranjo. É importante ressaltar que a documentação ainda não está catalogada no novo arranjo, porque é necessário, primeiramente, terminar o inventário folha a folha.

Lista Geral dos FUNDOS e COLEÇÕES

Fundos	Séries
I. Chancelaria (Câmara Eclesiástica)	1. Bulas e Decretos consistoriais.
	2. Correspondências das Sagradas Congregações.
	3. Correspondências da Nunciatura Apostólica.
	4. Cabido Metropolitano
	5. Circulares, Decretos, Avisos e Correspondências dos Bispos
	6. Processos de Ordenação – 1809-1980
	7. Tribunal Eclesiástico
II. Assentamentos	1. Atas
	2. Livros de Tombo do Arcebispado 1900-c.1970.
	3. Livros de Tombo de paróquias c.1875-1950.
	4. Livros de Batismo, Casamento, Crisma e Óbitos c.1820-1990.
	5. Livros de despachos 1910-1976
	6. Livros de portarias 1901-1943
	7. Livros de Dispensas matrimoniais 1901-1965
	8. Livros de registro de ordenações 1901-1933
	9. Livros de provisões 1902-1977
	10. Caixas 1902-1973
III. Orientações Episcopais e Doutrina	1. Coleção da ACTA APOSTOLICAE SEDIS 1866-1964
	2. Cerca de 300 cartas pastorais de Bispos brasileiros
	3. Visitações pastorais
	4. Relatórios Arquidiocesanos
	5. Estudos e análises conjunturais
	6. Ecumenismo
	7. Ensino Religioso e Catequese
	8. Esquemas de discussão do Concílio Vaticano II



	9. Boletins de Imprensa do Vaticano II
IV. Paróquias	1. Paróquias – documentação histórica
	2. Patrimônios
	3. Dízimo
	4. Fichas de contribuição financeira mensal
	5. Recibos
	6. Tabelas de emolumentos paroquiais
V. Clero, Religiosos(as) e Seminário	1. Correspondências do clero
	2. Correspondências dos seminaristas
	3. Sacerdotes – questões
	4. Padres Vivos e Falecidos
	5. Diáconos
	6. Presbíteros
	7. Congressos Eclesiásticos
	8. Seminário Diocesano
	9. Vocações – estudos
	10. Congregações Religiosas
VI. Organizações Leigas	1. Irmandades e Confrarias
	2. Movimentos sociais e políticos
	3. Pastorais Sociais
	4. Comissões e Relatórios
	5. Associações
	6. Campanhas
	7. Comunicação Social
COLEÇÕES	I. “O Semeador”
	II. “Revista Eclesiástica Brasileira”: 1941-1970
	III. “Comunicado Mensal da CNBB”: 1958-1981
	IV. “Microfilmes”
	V. “Audiovisual”
	VI. “Recortes de jornais”
	VII. “Fotografias”
	VIII. “Mapas”
	IX. “Livros, teses e dissertações”

Documentação exemplar e possibilidades de pesquisa

Como afirmado, uma das primeiras tarefas de Dom Ranulpho Farias quando assumiu a Arquidiocese de Maceió, em 1939, foi a organização da escrita dos Livros do Tombo e a coleta de documentos e informações sobre a história das paróquias e da fundação do bispado e arcebispado das Alagoas. A partir da organização do Arquivo, o arcebispo passou a montar listas de índices especializados dos livros de tomo e dos *“atos e fatos mais importantes”*, possivelmente entre 1953 e 1956.



A compilação de D. Ranulpho é muito importante para o conhecimento, não só das atividades cotidianas do seu período de arcebispo e trajetória episcopal, mas funcionam também como os primeiros *instrumentos de pesquisa* e de acesso ao acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Abrem caminhos indicativos para pesquisas pontuais e servem, eles mesmos, como fontes para a história de Alagoas e do Brasil, especialmente no período entre 1939 e 1956. Os *conteúdos e palavras-chave* selecionadas por este arcebispo indicariam as maiores preocupações e campos de luta católicos: as relações econômicas e sócio-políticas entre Igreja e Estado republicano; levantamentos e dados socioeconômicos do arcebispado via estatísticas anuais; o embate ideológico com o comunismo, o protestantismo e o espiritismo; a implantação da Ação Católica em Alagoas e a formação de movimentos assistencialistas, políticos e educacionais que se fortificarão nas décadas seguintes.

Os cadernos são 16 brochuras, manuscritos. Sua condição de preservação está entre regular e bom. Estão todos fotografados, mas necessitam ainda de uma digitalização profissional para liberalização plena aos pesquisadores e interessados. A transcrição encontra-se em processo. As primeiras estão disponíveis em formato pdf no site do Arquivo. São eles:

- Catálogo-lista, documentos existentes e escrituras
- Catálogo-lista, patrimônios existentes
- Índice do Livro do Tombo nº 1
- Índice especializado - Ação Católica
- Índice especializado - Cabido, Cônegos
- Índice especializado - Catedral, igrejas, capelas, paróquias, limites
- Índice especializado - Círculos Operários
- Índice especializado - Clero (Secular e Regular), Religiosos e Religiosas
- Índice especializado - Documentos importantes referentes ao arcebispado
- Índice especializado - Ensino Religioso
- Índice especializado - Jurisprudência
- Índice especializado - Patrimônios
- Índice especializado - Santa Sé, Congregações e Nunciatura
- Índice especializado - Seminário e Obra das Vocações Sacerdotais
- Índice Geral dos Livros do Tombo - principais acontecimentos deste Arcebispado
- Resumo - episcopado de Dom Ranulpho - atos e acontecimentos (2 cadernos)



Dom Ranulpho considerava as informações históricas a respeito da diocese e seus bispos importantes para o governo eclesiástico da arquidiocese e estaria em consonância com a “autocompreensão” vigente da Igreja no período, isto é, sua ideologia e hegemonia religiosa e político-social. Riolando Azzi (2008) afirma que neste período, entre os anos 1930 até o golpe de 1964, a igreja romana no Brasil ainda acalentava a “utopia de um Estado católico” e, para isso, atuou politicamente de modo organizado, associando o nacionalismo/patriotismo com o catolicismo. Os Congressos Eucarísticos Nacionais e regionais foram exemplos da atuação do “catolicismo de massa” que fortemente, nos anos quarenta e cinquenta, procuravam mostrar a força da Igreja junto à população e ao Estado. Dom Ranulpho Farias organizou e incentivou tais movimentos em Alagoas, com sucesso, de modo bastante personalista. Vide abaixo a imagem de divulgação do Congresso Eucarístico Provincial de Ação Católica de Maceió, realizado entre 11 a 15 de novembro 1945.



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Congressos Eucarísticos.

O Congresso também foi pensado para ser a comemoração de 25 anos da sagração episcopal de Dom Ranulpho. O que contribuiu em muito para a personalização do evento e de sua atuação em prol da Ação Católica e da manutenção da sua influência política e ideológica. Assim, os registros são



bem detalhados e preservados. Dom Ranulpho teve a preocupação de montar um dossiê com todo o histórico do Congresso de 1945, transcrevendo nos livros de tomo 6 e 7 todas as atividades, textos produzidos, discursos, orações, etc. Além dos registros feitos pelo jornal O Semeador, da arquidiocese. Segundo esta documentação percebe-se uma mobilização geral da população e dos órgãos públicos de Maceió, articulados com antecedência em todo o estado, com semanas de Ação Católica ocorridas nas paróquias da capital e do interior. Nas palavras do arcebispo:

Foi providencial a realização desses grandiosos acontecimentos religiosos. Com o fim da guerra mundial em 1945 e com a modificação do sistema de governo no Brasil, verificaram-se as eleições em nosso país. Ressurgindo os partidos políticos, organizou-se o Partido Comunista, que passou logo a desenvolver intensa propaganda, alistando entre seus adeptos numerosas pessoas da classe proletária e mesmo da classe média. O Congresso Eucarístico de Maceió realizou-se, assim, no momento oportuno, quando as hostes infensas ao credo religioso do povo brasileiro se arregimentavam e a muitos seduziam, afastando-os do caminho de Deus. Serviu de imenso estímulo à fé religiosa do nosso povo. Foi este o primeiro Congresso de real influência na sociedade, havido em Maceió.⁶

A explicitação dos motivos é bastante elucidativa. A Ação Católica preocupar-se-á especialmente em barrar o avanço da influência “comunista” na população trabalhadora alagoana, procurando atender algumas demandas específicas: formação técnica para o mercado, atendimento às crianças carentes, abertura de escolas e centros assistenciais e, é claro, reforço da fé no modelo tridentino, através da adoração pública ao Santíssimo Sacramento. Fernando Mesquita de Medeiros, em sua dissertação de mestrado, estudou o anticomunismo praticado pela Igreja católica em Alagoas nos anos quarenta e cinquenta, explicando-o como elemento que influenciou consideravelmente o perfil político local (MEDEIROS, 2007). Novas pesquisas de graduação e mestrado estão contribuindo para traçar melhor a trajetória institucional no campo religioso e político alagoano, procurando entender também o papel da Igreja católica como articuladora de movimentos sociais populares, já para o período da ditadura militar.⁷

⁶ Livro do Tombo número 6, página 42v. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

⁷ Ver: Alex Benedito Santos OLIVEIRA. A Igreja Católica e a Formação do Movimento Social da Pesca em Pilar/AL (1975-1988). 2015; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas.



No caderno *Índice Geral dos Livros do Tombo*, outros elementos corroboram a hipótese apresentada. Neste caderno, tem-se à folha 10v a indicação de envio de um ofício para o Secretário do Interior, Educação e Saúde – Dr. Ari Pitombo – a respeito de “abusos das cheganças⁸ nas festas de natal”, em 20 do julho de 1945. Nele, d. Ranulpho menciona um ofício anterior sobre o mesmo assunto, enviado pelo seu antecessor D. Santino Coutinho em 24 de novembro de 1932, ao Diretor do Departamento de Segurança Pública, à época, Dr. Miguel Batista. O cruzamento de informação foi feito por Ranulpho ao anotar no livro de Tombo 2, folha 94 e 94v o extrato (resumo) do Livro de Decretos, Portarias e Circulares, nº 4, da Secretaria do Arcebispado, folha 78. E depois, no livro do Tombo nº 5, folha 95, d. Ranulpho copia o ofício de d. Santino na íntegra, intitulado-o “*Documento Antigo*”. Tendo isto em mente, vê-se agora o conteúdo dos ofícios.

No primeiro, de 1932, Dom Santino reclama que aparece nas cheganças, como “parte integrante e indispensável a figura de um sacerdote”. Esta figura, ao invés de manter seu caráter “tradicional” e “histórico”, segundo o arcebispo, “ali aparece como um palhaço da pior espécie”, fazendo “trejeitos indecorosos”, usando linguagem “muitas vezes pornográfica”. Para Dom Santino o objetivo da figura não seria provocar o riso, mas “cobrir de ridículo a figura do verdadeiro sacerdote”, os sacramentos e o próprio sacrifício da missa. Assim, “em nome da religião, da moralidade, da boa educação e do sentimento católico do nosso povo”, ele solicita ao Dr. Miguel Batista que colocasse fim aos excessos durante este “divertimento” e quando não fosse possível fazer desaparecer a figura do

⁸ A chegança é a versão nordestina, das mouriscadas da Europa. Quase toda cantada e bailada, realiza-se numa barca armada especialmente para tal fim, e seus figurantes, como no fandango, vestem-se à maruja, de acordo com as suas patentes e postos. É uma dramatização das lutas portuguesas contra os mouros e pela conquista marítima. Mostrando os grandes feitos náuticos, a chegança apresenta-se como o canto nostálgico dos homens simples, pescadores. Conta com vários personagens: almirante, capitão, capitão-de-mar-e-guerra, mestre piloto, mestre patrão, padre-capelão, doutor cirurgião, oficiais inferiores, marujos e dois gajeiros. Ver referências: BARROS, Rachel Rocha de Almeida et alii. 2008. *Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas*. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ufal - Universidade Federal de Alagoas, ICS - Instituto de Ciências Sociais, LACC - Laboratório da Cidade e do Contemporâneo, FUNDEPES - Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa. Maceió - Alagoas.



padre, que fosse “aplicado o necessário corretivo” para que não fugisse do caráter “original e histórico dos fatos que se pretende celebrar”.

O segundo é o ofício de Dom Ranulpho a Ari Pitombo, de vinte de julho de 1945. Nele retoma o ofício de Dom Santino e seus motivos de reclame contra os “abusos das cheganças”. Informa ainda que, naquela ocasião, por ação da Secretária de Segurança Pública, “os abusos cessaram”. Porém, com o tempo, pouco a pouco foi se restabelecendo “o costume” de se apresentar nas cheganças o “tipo exótico do sacerdote”. Segundo Dom Ranulpho, “atualmente” retornou o inconveniente personagem a zombar das coisas santas, trazendo consigo símbolos e objetos religiosos, ora “fingindo cerimônias do culto católico”, e até “desprestigiando o seminário”. Solicita, então, “confiando no justo critério do Secretário” que se faça cessar, “mais uma vez, semelhante ofensa à santidade da Igreja Católica”.

Ari Pitombo responde rapidamente ao arcebispo, em 26 de julho de 1945, informando que naquela data havia “determinado às autoridades policiais”, que: “exerçam convenientes medidas, no sentido de pôr cobro à continuação daquela prática injustificável por todos os títulos”.

Dom Ranulpho sabe que tem um aliado. Ora, Ari Pitombo⁹ é lembrado pelos mais velhos sacerdotes afrobrasileiros de Alagoas como um “grande

⁹ Ari Boto Pitombo. (Vila Nova SE 20 jan. 1909 . Rio de Janeiro RJ 16 jul. 1991) Deputado federal, jornalista. Filho de Luís Pitombo Filho e Maria Boto Pitombo. Estudos primários em Penedo e secundários no Ginásio de Maceió. Frequentou, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, o Colégio Sílvio Leite e o curso anexo da Escola Militar. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Niterói (1937). Subchefe da censura telegráfica da polícia do Rio de Janeiro, durante os levantes Comunistas de 1935 e Integralista de 1938, foi também chefe da seção de cinema e teatro do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, e redator de O Globo. Diretor de pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) de Alagoas (1935) e diretor de administração do Instituto da Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE). Em janeiro de 1947 eleito, pelo PTB, deputado à Assembléia Constituinte. Após a promulgação da Constituinte estadual e transformação da Constituinte em Assembléia Legislativa, licenciou-se para assumir a Secretaria do Interior, como também da Educação e Saúde Pública, no governo de Silvestre Péricles de Góis Monteiro. Destacou-se, então, por promover campanhas de caráter social, como a dos menores abandonados. (...) No pleito de outubro de 1958, reelege-se, na legenda da Frente Democrática Trabalhista, formada pelo PSD, PTB e PRP. Candidato a governador, em 1960, pela coligação PTB-PSD. Mais uma vez reeleito deputado, em outubro de 1962, dessa vez na legenda da Coligação Democrática Nacionalista, formada pelo PTB e o PSP. Nessa legislatura voltou a ser vice-líder do PTB. Divergindo da maioria da agremiação, condenou a linha esquerdista e pró-socialista adotada pelo partido. Com a extinção dos partidos e implantação do bipartidarismo, filiou-se ao MDB e se elegeu suplente de deputado federal no pleito de novembro de 1966. Em janeiro do ano seguinte encerrou seu mandato, não voltando à Câmara Federal. Foi presidente da Associação Fluminense de Imprensa.



perseguidor dos xangôs”. Sua trajetória política é lembrada por muitos e caracterizada por um “certo autoritarismo”. Sobre ele Pai Ferreira contava que vigiava e invadia as casas durante as “sessões de mesa”. Aí obrigava o pai de santo a colocar a mesa na cabeça e sair pela rua gritando: “sou o macumbeiro do Bebedouro” ou, quando não, “sou o macumbeiro da Ponta Grossa”, e ia o “infeliz” a pé correndo até a 1ª Delegacia. Por conta disso, reuniram-se os pais de santo mais antigos dali (Amaro, Aurélio, Benedito Calheiros, Chico Foguinho...) e combinaram de “despachar o homem”. Seu Benedito Calheiros era o mais afamado “bate folha” da cidade (que trabalhava com as entidades de *esquerda - Exu*); assim, compraram um caixão de madeira, fizeram um boneco montado com “carnes preparadas”, botaram um terno branco nele, com uma gravata borboleta, tal como usada por Ari Pitombo e uma placa escrita: “eu sou o Ari Pitombo”, e foram para a mata enterrar a encomenda. No entanto, enquanto lá estavam os vigias da mata perceberam e foram atrás deles; com a chegada dos vigias, os pais de santo fugiram e deixaram para trás o caixão. Diz Seu Ferreira que os vigias levaram o caixão para delegacia, abriram lá e viram o “boneco”. O resultado não foi positivo. Depois desse fato, dizia ele, “imagina macumbeiro apanhar, foi uma coisa horrível”. Completava Seu Ferreira: “se pelo menos tivessem levado junto o caixão”... (SANTOS, 2014, p. 249).

Considerações finais

Os exemplos trazidos nesta comunicação ajudam a refletir sobre as relações de poder entre a Igreja Católica, os órgãos públicos e a documentação histórica.

Da perspectiva da organização e gestão das fontes documentais voltadas para a pesquisa histórica no estado, foi muito importante o trabalho de “cronista” de Dom Ranulpho Farias. Seu interesse pessoal foi o fator principal para a compilação de informações que, como visto, tinha a intenção de servir para futuras pesquisas. Em vários momentos menciona nas listas



especializadas e nos livros de tomo a intenção que aquelas informações serviriam para construir a “história da Igreja alagoana”. Por outro lado, preocupa-se em afirmar que “o arcebispo escreveu nos livros de tomo do próprio punho”, marcando o seu legado e ao mesmo tempo a importância pessoal dada a este trabalho. Enquanto esteve doente, tratando da saúde, nos últimos anos, seu coadjutor D. Adelmo Machado, escrevia em seu lugar nas brochuras dos índices, mantendo o padrão iniciado. A indexação feita facilita em muito a identificação dos temas e dados conjunturais da igreja alagoana nos anos quarenta e cinquenta.

Na perspectiva da história social, por outro lado, foi o conhecimento acumulado dos “fatos do passado” que ajudaram dom Ranulpho a compreender a realidade local. Referir-se a um ofício de seu antecessor poderia auxiliá-lo na argumentação apresentada ao Secretário da Educação Ari Pitombo. Alagoas, na primeira metade do século XX, foi palco de muitas e graves perseguições religiosas, com foco nas religiões afrobrasileiras e na cultura negra. A pesquisa sobre o papel desempenhado pela Igreja como incentivadora ou articuladora dessa perseguição ainda se encontra em andamento. Os indícios, até o momento, demonstrariam uma consciência de enfrentamento na veiculação de matérias no jornal O Semeador, como também na atuação militante da Ação Católica.

O governo eclesiástico de Dom Ranulpho preocupava-se em manter a influência religiosa católica sobre a população e combater os “inimigos” da fé, em consonância com as orientações episcopais nacionais. A consciência das mudanças históricas e sua influência indicam que as estratégias são pensadas amplamente, com a aplicação programática de um discurso articulado entre o bispo e outras autoridades. Igreja e Estado veem-se como aliados, defensores dos mesmos valores civilizatórios. O reforço ideológico ainda foi mantido e reforçado pela hegemonia da educação católica em todos os níveis do ensino.

O desdobramento dos eventos e a identificação dos sujeitos que participam destes processos, de articulação política e ação social (repressora de outras identidades e culturas) sugerem uma “longa duração”



nas relações entre Igreja católica e Estado alagoano, que mesmo não se distanciando tanto de outras situações no país, tem sua especificidade exemplos de conflitos que merecem um olhar mais demorado. Nesse sentido, vale apontar, que a documentação eclesiástica no Arquivo metropolitano é ainda pouco explorada para a problematização das relações políticas, sociais, culturais e econômicas em Alagoas. Seu potencial de pesquisa cresce na medida de sua divulgação. Convido, portanto, que outros pesquisadores tomem contato com ela contribuindo com outras abordagens, problemas e hipóteses.

Referências bibliográficas e fontes:

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/3-2. Terceira época – 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

CADERNOS DE DOM RANULPHO DA SILVA FARIAS. Índices especializados, Resumo do Arcebispado e Índice Geral dos Livros de Tombo.

JORNAL O SEMEADOR, edição de novembro de 1945.

LIVROS DE TOMBO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ, 6 e 7.

LOPES, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. Col. Fazer vol. 6. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita. O homo inimicus: igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. 1ª edição. Maceió: Edufal, 2007.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos Santos. O axé nunca se quebra: transformações históricas em religiões afrobrasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). 1ª edição. Maceió: Edufal, 2014.